

Macunaíma e o caráter nacional brasileiro: a cultura “desgeograficada”

Martha Victor Vieira

Universidade Federal do Tocantins
Araguaína – Tocantins – Brasil
martha.victor@uft.edu.br

Jean Carlos Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins
Araguaína – Tocantins – Brasil
jean.geografia.uft@gmail.com

Resumo: Neste artigo analisaremos a questão da identidade nacional no Brasil, tomando como parâmetro a obra de Mário de Andrade: *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Nosso objetivo é discutir a recepção do livro e destacar os aspectos geo-históricos presentes nessa narrativa literária, que, por meio de uma linguagem alegórica, retrata as relações entre tradição e modernidade, rural e urbano, realidade e ficção, memória e esquecimento. Mario de Andrade descreve, de forma lúdica, as representações de mundo das diversas regiões brasileiras, chamando atenção para a cultura híbrida que resultou do contato de elementos pluriétnicos. A estrutura narrativa de *Macunaíma* confere à cultura um aspecto “desgeograficado”, que resultou em uma importante contribuição intelectual para se pensar a formação do caráter nacional brasileiro.

Palavras-Chave: Macunaíma. Caráter Nacional. Cultura Brasileira. Território.

Introdução

No início do século XX, os intelectuais, políticos e artistas brasileiros desejavam modernizar o país, tendo em vista o padrão cultural e econômico seguido pelos norte-americanos e europeus. Na expectativa de promover essa modernização, escritores de diferentes matrizes teóricas se voltaram para o passado para tentar entender o presente e arquitetar um projeto de futuro. Pensar o processo histórico implicou tratar da colonização portuguesa, da formação pluriétnica, da cultura híbrida, da economia dependente, da predominância rural e da discrepância

existente entre o Brasil real e o legal. Transformar a paisagem sociocultural brasileira, considerada atrasada, por meio da valorização das tradições nacionais, era o objetivo comum de muitos jovens e cosmopolitas intelectuais.

A Semana de Arte Moderna, ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo de 11 a 18 de fevereiro de 1922, foi a reverberação mais significativa dessa vontade de mudança, no campo cultural. A intenção dos artistas era romper com o academicismo, com os excessos de formalismo, impostos pelas normas gramaticais, e com os modelos estéticos europeizantes, chamando atenção para os elementos existentes na cultura popular. O Movimento de 22, que durou até por volta da década de 1950, era bastante heterogêneo e abrangeu, além da literatura, a pintura, a música, a arquitetura, o teatro e o cinema. Como argumenta Francisco Iglésias (2002, p. 15): “De fato, os modernistas sentiam o Brasil e queriam renová-lo, repondo-o no verdadeiro caminho, livre das importações de gosto duvidoso e que não se ajustavam à sua realidade”.

No interior do Movimento Modernista se destacou o escritor paulista Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945). Mário de Andrade foi poeta, ensaísta, romancista e crítico de arte. Na Semana de Arte Moderna destacou-se como um dos líderes, ao lado de Oswald de Andrade. Não tinha curso superior, mas era um autodidata. Estudou no Conservatório Dramático Musical de São Paulo. Foi diretor do Departamento Municipal de Cultura paulista. Dirigiu também o Instituto de Artes do Distrito Federal (RJ), regendo a cátedra de História e Filosofia da Arte. Foi ainda colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*. Durante seus cinquenta e poucos anos de vida, dedicou-se à literatura, às artes plásticas, à música, à etnografia, à história e ao folclore brasileiro. Para compensar a sua falta de recursos financeiros, acumulou um capital cultural significativo que o distinguiu e o tornou reconhecido por seus pares (MICELI, 1979).

A geração de Mário de Andrade acompanhou os acontecimentos marcantes da Primeira República, instaurada com o fim da monarquia no Brasil: a ascensão e a queda das oligarquias, o início do processo de industrialização, as greves operárias, o tenentismo e a Revolução de 30. Vivenciou também as consequências da Primeira Guerra, da Revolução Russa, da crise de 1929, o declínio do modelo liberal e a difusão das vanguardas europeias (dadaísmo, futurismo, surrealismo, cubismo), que criticavam a arte tradicional e reivindicavam uma renovação da linguagem artística.

Como adepto do modernismo Mário de Andrade defendia a valorização dos costumes populares e o linguajar coloquial do Brasil. Reivindicava a liberdade da criação artística e a necessidade de retratar os temas nacionais, a fim de criar uma identidade estética para o país. Segundo Carvalho (2003, p. 522), embora o Movimento Modernista tivesse inspiração europeia,

“[...] algunos principales representantes del movimiento, especialmente Mario de Andrade, llegarán a entender que la universalidad solo se llega por el conocimiento del próprio país. [...]”.

A obra mais conhecida de Mário de Andrade, senão a mais polêmica, foi *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Essa narrativa literária, publicada em 1928, à custa do próprio autor, tornou-se uma obra-prima do modernismo brasileiro e, ainda hoje, suscita controvérsias, por sua linguagem original, com o uso abundante de termos indígenas e expressões populares, que, à primeira vista, chega a causar certo estranhamento no leitor. Segundo Francisco Iglésias (2002, p. 22) essa talvez tenha sido “[...] a obra mais importante e acabada do Modernismo em sua fase de combate”.

Apresentando Macunaíma

Macunaíma consiste em uma rapsódia que descreve a trajetória de vida de um descendente da tribo dos tapanhumas, residente na região amazônica, próximo ao rio Uraricoera. O personagem, dotado de forte apelo sexual, realiza uma série de peripécias, envolve-se em situações mágicas, comete maldades e conta várias mentiras. Ao namorar com Ci, Mãe do Mato, torna-se Imperador do Mato Virgem. Quando Ci morre lhe dá um amuleto mágico, a muiraquitã. A muiraquitã era usada como tembetá. Um dia Macunaíma perde o seu tembetá. Por isso, ele vai até a “civilizada” cidade de São Paulo, junto com seus irmãos Jiguê e Maanape, tentar resgatar esse amuleto que estava com Venceslau Pietro Pietra, o gigante Piamã. No decorrer da narrativa, Macunaíma resgata o seu amuleto e retorna para sua terra natal. No trágico desenlace da história, os irmãos de Macunaíma morrem. Logo depois, uma Uiara ataca o herói, que perde uma perna e a sua muiraquitã. Macunaíma, então, desiste de viver na terra, vai para o céu e se transforma na constelação Ursa Maior.

Para escrever *Macunaíma*, Mário de Andrade se baseou nas pesquisas etnológicas de Theodor Koch-Grünberg (1872-1924). Esse alemão percorreu a região norte e nordeste do Brasil coletando lendas e mitos indígenas, os quais foram publicados no livro *Von Roraima zum Orrenoco* (Do Roraima ao Orinoco), publicado em 1917. *Koch-Grünberg* relata que o herói dos índios da região amazônica, karib Taulipang, seria Makunaíma (Grande Mal), que consistia em um grande enganador, transformador e civilizador. Além desse escritor, o autor também se inspirou em estudos folclóricos realizados por Couto Magalhães e Capistrano de Abreu (CARVALHO, 1997,

LOPEZ, 1997). Na opinião de Gilda de Mello e Souza (2003, p. 10) o livro foi “[...]” construído a partir da combinação de uma infinidade de textos preexistentes, elaborados pela tradição oral ou escrita, popular ou erudita, europeia ou brasileira “[...]”.

Fundamentando-se na sua leitura de vários textos, bem como nos mitos e lendas provenientes da tradição oral, Mário de Andrade elabora a sua narrativa como se tivesse contando um caso, semelhantes àqueles contados pelos mais antigos. Casos que remontam a um tempo em que a leitura coletiva era frequente, a luminosidade vinha das velas e lampiões e a TV ainda não existia. A sugestão da oralidade está presente na constante repetição de algumas frases como, por exemplo, “Maanape era feiticeiro”, “Jiguê era bobo”, “Ah que preguiça”, como forma de prender a atenção do o leitor/ouvinte.

A repetição das frases também serve para reforçar a musicalidade da narrativa, a qual contém várias rimas: “Meu boi bonito/boi alegria, /dá um adeus/pra toda a família!”. Ou então na reprodução de ditos populares: “pernas pra que te quero”; “Zé Prequeté, tira bicho do pé pra comer com café!”. Comentando seu estilo narrativo, Mário de Andrade (2013, p. 217-218) afirma que empregou “[...]” essa fala simples sonorizada, música mesmo, por causa das repetições, que é costume dos livros religiosos e dos contos estagnados no rapsodismo popular”.

Macunaíma vivia em constantes metamorfoses, assim como as pessoas que o cercavam. Estas metamorfoses lembram o animismo, por meio do qual se dá vida aos animais, plantas, rios e outros fenômenos naturais. As aventuras do protagonista marioandradeano fazem referências às antigas crenças e superstições populares e indígenas, tais como: dar água de chocalho para ele falar; apontar estrelas provoca verrugas no dedo e tomar bagos de chumbo para não engravidar. Os personagens folclóricos do Negrinho do Pastoreio, a Curupira, a Caipora, o Saci, a Uiara, bem como as práticas da feitiçaria e da macumba, também aparece na obra.

No final da narrativa, o narrador se dirige ao leitor admitindo que estava contando um caso, cantando na “violinha” o que lhe fora dito por um papagaio, o único que sobrou para preservar “do esquecimento os casos e a fala desaparecida.” Pois não havia mais vestígio da tribo tapanhumas, que se acabara, da família, da maloca e do herói. Com essas palavras o autor chama a atenção para a violência física e simbólica cometida contra as populações tradicionais, cuja cultura, conhecimentos, experiências e práticas quotidianas, que eram transmitidas somente pelos relatos orais, estavam sendo esquecidas. As histórias contadas pelo narrador tinham sido transmitidas ao papagaio pelo próprio Macunaíma.

Algumas ações de Macunaíma nos lembram outro personagem pertencente à cultura popular portuguesa e brasileira, o chamado Pedro Malazartes. Um sujeito malandro, individualista, que gostava de ludibriar os outros, roubar comida alheia, namorar as moçoilas, etc. Junto com Camargo Guarnieri, Mário de Andrade escreveu, inclusive, uma ópera chamada Pedro Malazartes (1932). No cinema, esse personagem da cultura popular foi imortalizado por Mazzaropi, em 1960. De acordo com Roberto da Matta (1997, p. 275), Malazarte é um herói ambíguo e sem caráter, mas ao mesmo tempo justiceiro e questionador da ordem social. Por essa razão, Malazarte lembra *Macunaíma* “[...] um relativizador de leis, regulamentos, códigos e moralidades que sufocam o indivíduo sem berço no jugo do trabalho e servem para perpetuar as injustiças sociais”.

Diferente de Malazarte, a trajetória de Macunaíma não foi feita apenas de malandragem, de negação dos códigos morais cristãos ou contestação da ordem social, porque o personagem demonstra ter apreço por suas tradições culturais. O apreço pela tradição pode ser notado na sua precaução de deixar sua consciência num mandacaru de dez metros, na Ilha de Marapatá, antes de viajar para São Paulo, para que ela não fosse comida pelas saúvas. A insistência em resgatar a muiraquitã, igualmente, indica uma crença tradicional no valor mágico do amuleto. O episódio em que os irmãos retornam para a região amazônica, é particularmente significativo, devido ao uso que o personagem faz dos objetos que mais lhe chamaram a atenção na “civilização paulista”: “[...] Do revolver e do relógio Macunaíma fizera brincos das orelhas e trazia nas mãos uma gaiola com o galo e a galinha. Não possuía nem mais um tostão do que ganhara no bicho, porem lhe balangando no beijo furado pendia a muiraquitã” (ANDRADE, 2013, p. 173).

A reinvenção dos sentidos dos objetos trazidos da civilização pode ser interpretada como estratégias de resistência do personagem, no sentido de preservar a sua cultura e a sua identidade originária, que se diferenciava da urbanizada cidade paulista. O fato é que mesmo depois de ter se banhado na água mágica e transformado sua aparência em homem branco, as raízes de Macunaíma permaneceram norteadas por valores tradicionais. Suas práticas, sua fala, suas andanças e conhecimento das várias regiões brasileiras, contudo, indicam que o personagem é multifacetário, detentor de um caráter híbrido e produto de uma mescla de culturas: indígena, europeia e africana.

Nessa linha de raciocínio, observa-se que há uma duplicidade no personagem, que, possivelmente, resulta da tensão entre o criador e a sua criatura, da disputa entre opostos: atraso versus moderno; rural versus urbano; real versus ficção; popular versus erudito. De um lado,

existe um Macunaíma que viaja por todas as regiões geográficas, possui um caráter híbrido, demonstra conhecer as especificidades do Brasil e estranha os usos da língua usada e falada. Por outro, existe um Macunaíma tribal, ligado às entidades da natureza, que se sente deslocado na moderna cidade de São Paulo e que procura, desesperadamente, resgatar a sua muiraquitã para voltar às suas origens culturais e territoriais.

É nessa duplicidade, ou aparente contradição, que podemos observar o caráter histórico e biográfico, no interior da ficção. Afinal, como destaca Ferreira (2013, p. 67), toda criação literária “[...] está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias e desejos [...]”. Do ponto de vista histórico, *Macunaíma* se insere dentro do Movimento Modernista, que pretende romper com os padrões estéticos tradicionais, representados pelo romantismo, realismo, simbolismo e parnasianismo. Os modernistas queriam que a arte brasileira fosse livre e se inspirasse nos esquecidos elementos presentes na cultura popular. Imbuído nos ideais desse movimento, Mário de Andrade, ao se apropriar do personagem mítico descrito por Koch-Grünberg, imprime nele a sua visão de mundo e utiliza-o para criar uma obra crítica de nuance surrealista. *Macunaíma* consiste em uma alegoria satírica, que retrata a percepção e o conhecimento de Mário sobre a diversidade cultural brasileira.

Macunaíma: intenção e recepção

Segundo Mário de Andrade, *Macunaíma* foi um livro escrito nas férias que passou na cidade de Araraquara, no interior paulista, no final do ano de 1926. O conteúdo da obra resultava da sua preocupação com a “entidade nacional dos brasileiros”, porque segundo ele uma coisa era certa: “o brasileiro não tem caráter”. E prossegue: “[...] E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na ação exterior no sentimento na língua na História na andadura, tanto no bem como no mal”. Devido à ausência de um “caráter psicológico, creio otimistamente, deriva a nossa falta de caráter moral”. Ainda nesse prefácio, escrito em 1926, Mário de Andrade adverte o leitor que a sexualidade presente na narrativa foi retirada das lendas e literaturas rapsódicas e religiosas em geral. Ademais, argumenta que estava antecipando o livro do seu amigo Paulo

Prado, o qual iria ressaltar a presença da sexualidade na formação do Brasil (ANDRADE, 2013, p. 217-219).

O referido livro de Paulo Prado é *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1928, que dividiu a história do Brasil em quatro capítulos: luxúria, cobiça, tristeza e romantismo. Na interpretação desse membro da burguesia cafeeira paulista, a sensualidade desenfreada estava presente nos hábitos brasileiros, desde a chegada dos portugueses. Nas suas palavras: “Do contato dessa sensualidade com o desregramento e dissolução do conquistador europeu surgiram nossas primitivas populações mestiças [...]” (PRADO, 1981, p. 34). Como todo participante do modernismo, Paulo Prado estava interessado em produzir algo novo que rompesse com a visão romântica do passado, predominante nas produções históricas do século XIX. Para Dante Moreira Leite (1983, p. 289), *Retrato do Brasil* foi a “[...] primeira interpretação rigorosamente psicológica de nossa história e de nosso caráter nacional”.

Assim como *Retrato do Brasil*, *Macunaíma* era uma produção inovadora, que rompia com os cânones literários vigentes. Contudo, enquanto Paulo Prado teve boa receptividade, a iconoclasta obra marioandradeana não agradou a todos os leitores, na época da sua primeira publicação. De acordo com Santiago (1997, p. 185), “[...] todos os poucos colegas de ofício que se manifestaram nos jornais e revistas sobre *Macunaíma* são unânimes em afirmar o caráter polêmico do livro”. A recepção dessa obra foi tão marcante que, na primeira metade do século XX, a imprensa periódica ao se referir a Mário de Andrade o chamava de “o autor de *Macunaíma*” ou o “pai de *Macunaíma*”.

Em 1928, em um segundo prefácio, Mário de Andrade tenta explicar o conteúdo do livro afirmando que, embora não fosse sua intenção, essa obra continha “os melhores elementos duma cultura nacional”, porque nele o Brasil aparece “desgeograficado”, ou seja, o que havia de mais significativo na cultura das várias regiões geográficas brasileiras aparecia em *Macunaíma*, tudo junto e embaralhado. Ao defender-se das críticas, afirma ainda que não gostaria que as pessoas vissem na obra uma intenção sua de transformar *Macunaíma* em um herói nacional. Admite, contudo, o seu pessimismo ao argumentar que, de fato, o seu protagonista não tinha caráter: “[...] Falta de caráter em duplo sentido sem caráter moral e sem característico” (ANDRADE, 2013, p. 225-226).

Devido às dificuldades de circulação e comercialização de livros na década de 1920, a recepção de *Macunaíma* foi feita, primeiramente, pelos próprios modernistas, que não tinham consolidados novos parâmetros estéticos para realizar a crítica literária. Por isso é o próprio autor

que, dialogando com seus leitores contemporâneos, definiu “a bitola crítica por onde devia passar a justa avaliação da obra” (SANTIAGO, 1997, p. 183).

Alguns críticos, como Oswald Costa identificaram a obra com o *Movimento Antropofágico*, mas essa associação não era consensual (ALMEIDA, 2005, p. 120-123). Tristão de Athaíde (1928) dizia que, se considerasse o critério cronológico, *Macunaíma* não se enquadraria no chamado romance antropofágico, porque foi redigido dois anos antes do lançamento do Manifesto de Oswald de Andrade, publicado em maio de 1928. Comenta ainda que o livro não era apenas uma “[...]” romanceação das lendas amazônicas. É coisa infinitamente mais complexa, como aliás tudo o que tem feito o Sr. Mário de Andrade, na sua busca ansiosa e capital em nossa literatura, por uma expressão nacional, por um herói nacional, por uma cultura nacional (ATHAÍDE, 1928, p. 4)

O poeta modernista Ascenso Ferreira (1928, p. 7), escrevendo um longo artigo no *Diário Nacional*, afirmou que *Macunaíma* era um “formidável poema”, que a geração do final dos anos 1920 não tinha condições de compreender, e que apenas a “distância” no tempo possibilitaria que ele fosse “apreciado com justeza”.

Houve críticos que chegaram a acusar Mário de Andrade de plágio, devido ao fato do personagem principal estar presente no livro do etnólogo Koch-Grünberg. Rebatendo essa crítica o autor, em carta aberta a Raimundo Moraes, respondeu que copiou, inventou, fantasiou e modificou várias lendas, porque não tinha a intenção de redigir um documento, mas produzir uma obra de arte:

Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos. [...] Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mais ainda, na ‘Cartas pras Icamiabas’, pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses [...] eu copiei o Brasil, ao menos naquela parte em que me interessava satirizar o Brasil por meio dele mesmo (ANDRADE, 2013, p. 233¹).

A cópia e citação integral de alguns textos, frases e ditados, bem como a fundamentação em estudos folclóricos anteriores, não desmerecem a composição final de *Macunaíma* que é extremamente original e complexa, produto de um narrador que revela uma aguçada consciência crítica e uma grande erudição. Por essas razões, a recepção da obra, até hoje, é provocante. Como afirma Almeida (2005, p. 126): “[...]” A complexidade apresenta-se principalmente em relação à

¹ Carta-aberta publicada por Mário de Andrade no *Diário Nacional*, a. 5, n. 1262. São Paulo, domingo, 20 set. 1931, p. 3.

linguagem utilizada por Mário de Andrade, que introduzindo elementos do experimentalismo vanguardista, produz uma quebra com relação à ideia da obra ser vista como cópia apenas”.

Ao ser reeditada em 1937, a narrativa marioandradeana sofreu uma pequena alteração, passando de 18 capítulos e um epílogo para 17 capítulos e um epílogo. O capítulo retirado, por pressão moral da sociedade da época, chamava-se “As três normalistas”. Nele Macunaíma “brincava” com as meninas de família matriculadas na escola da Praça da República (LOPEZ; FIGUEIREDO, 2013, p. 10).

Mesmo após ser revisado, o livro continuou suscitando debates. Enquanto Nunes Pereira afirmava que o livro era riquíssimo, devido ao material linguístico, que foram retirados de regiões geográficas diferentes, Rubem Braga dizia que o livro era incompreensível ao ‘leitor comum’ (SANTIAGO, 1997, p. 183). Adonias Filho (1937, p. 4), manifestando-se no *Correio da Manhã*, confirma a recepção negativa, com a seguinte opinião: “Macunaíma, que é livro que nasceu do Brasil para o Brasil” é “incompreensível” e “anormal”, constituindo-se um verdadeiro mistério para os leitores estrangeiros.

Uma crítica deveras contundente foi feita no periódico *A Manhã*, em 1944, quando foi lançada uma terceira edição de *Macunaíma*. O anônimo, que assinava como A. F, dizia que *Macunaíma* possuía apenas uma existência “tolerável”, por ser um “documento representativo da fase modernista”. Por isso, se Mário possuía a “ambição revolucionária de reforma linguística”, ele fracassou, haja vista o silêncio do público diante do novo lançamento da obra:

O silêncio com que se recebeu essa nova edição de Macunaíma, de Mário de Andrade, o desinteresse com que todos a olham, denunciam de um modo verdadeiramente alarmante a presença de um espírito mais rígido na inteligência brasileira. Já não se compreende o delírio verbal, embora justificado pelo folclore, a ausência de qualquer expressão formal — não se compreende, afinal, a coragem de matar na palavra o seu valor lógico, sua realidade historicamente fundamentada [...] (A MANHÃ, 1944, p. 3).

Apesar de ter recebido várias críticas e elogios, até as três primeiras edições, publicadas durante a vida do autor, nenhuma análise sistematizada fez justiça à obra marioandradeana. Na visão de Santiago (1997, p. 183-184), foi apenas a partir de 1956, com o livro de Manuel Cavalcanti Proença, *Roteiro de Macunaíma*, que a narrativa de Mário de Andrade começou a ser devidamente apreciada. Até o ano de 1978, já se somavam vinte edições de *Macunaíma*.

Em 1988, Telê Porto Âncora Lopez lançou uma edição crítica de *Macunaíma*, que foi traduzida e publicada em vários países. Em 1996, a mesma pesquisadora relançou a edição crítica. Nessa edição, Diléia Zanotto Manfio (1997) selecionou as referências mais significativas sobre

essa obra, produzidas até o início da década de 1990, comentando treze livros de autores brasileiros e um americano. A partir do levantamento bibliográfico feito pela autora, podemos perceber que o interesse por *Macunaíma* se intensificou a partir de 1970, quando foi publicada uma série de novos estudos, tais como: Mario Chamie, *Intertexto: escrita rapsódica* – ensaio de leitura produtora; Haroldo Campos, *Morfologia de Macunaíma* (1973), Telê Porto Âncora Lopez, *Macunaíma: a margem e o texto* (1974); Suzana Camargo, *Macunaíma: ruptura e tradição* (1977); Heloísa Buarque de Holanda, *Macunaíma: da literatura ao cinema* (1978); Gilda Mello e Souza, *O Tupi e o alaúde* (1979); etc. Esses e outros escritos que circulam demonstram a vitalidade e as inúmeras possibilidades de releituras de *Macunaíma*.

Fazendo um balanço crítico da instigante narrativa marioandradeana, Dagmar Manieri afirma que, apesar dos vários estudos publicados, essa obra “[...] não teve o seu despertar no plano histórico, ainda não se realizou uma exegese que tomasse o fundo histórico-social como algo fundamental [...]” (MANIERI, 2012, p. 27). Os textos comentados por Diléia Zanotto Manfio (1997) confirmam essa tendência de se analisar *Macunaíma*, tendo em vista, sobretudo, a questão da linguagem, a intertextualidade e o gênero narrativo. Desviando do caminho proposto por essas abordagens mais clássicas, procuramos, neste artigo, construir uma análise geo-histórica de *Macunaíma*, enfocando a forma como essa rapsódia modernista contribui para se pensar a formação da identidade nacional brasileira.

Macunaíma e a “desgeografização” do território nacional

O caso contado por Mário de Andrade (2013, p. 13) começa fornecendo a seguinte informação ao leitor:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamamos de Macunaíma.

Este é o ponto de partida da expedição territorial realizada por Macunaíma, o herói sem caráter, ao longo da sua trajetória de vida. Sua identidade territorial de primeira ordem foi caracterizada pelo ambiente em que nasceu, cresceu, e se aventurou: o fundo do mato-virgem. Se Macunaíma foi um personagem “essencialmente espacial” (VITTE; COUTINHO, 2010, p. 233),

esta dinâmica espacial, ao longo de sua existência, deveu-se, em parte, à sua habilidade em percorrer distâncias e transitar por territórios que, a princípio, não seriam possíveis devido às condições geográficas, recortes cartográficos e limites territoriais.

Para Vitte e Coutinho (2010, p. 228), “[...] ao transpor o país como se não houvesse barreiras de espaço e nem de tempo — uma vez que o texto dialoga com personagens nos mais variados tempos históricos —, a mensagem deixada é a de que o território abrange a nação desejada e a de que a história é de todo o povo residente nesse espaço territorial”. Ou seja, a noção de nação brasileira se desenha sob os postulados territoriais e a multiplicidade de representações deste espaço, respaldado nas características folclóricas de cada recanto do país. Interessante perceber que a noção de “identidade nacional” é desenhada sob o baluarte da diversidade cultural nacional, as quais convergem nas expressões de *Macunaíma*.

Mas o propósito de *Macunaíma* era esse mesmo. Mário de Andrade, ao “desgeograficar” o Brasil, pretende subverter a ordem, provocar a indignação àqueles que costumam pensar o espaço a partir dos mapas mentalizados em suas concepções espaciais fixas que impedem, na perspectiva racional das coisas, de estabelecer um trânsito livre e rápido entre as unidades federadas do país em uma viagem, como nessa passagem do texto:

O herói seguiu carreira e enfim passou pra outra banda do rio Chuí. Foi lá que topou com o tuiuíú pescando.

- Primo Tuiuíú, você me leva para casa?

- Pois não!

Logo o tuiuíú se transformou na máquina aeroplano, *Macunaíma* escanhou no aturiá vazio e ergueram voo. Voaram sobre o chapadão mineiro de Urucuia. Passando pelas dunas de Mossoró, *Macunaíma* olhou para baixo e enxergou Bartolomeu Lourenço de Gusmão, batina arregaçada, pelejando para caminhar no areão.

[...]

Depois que pulando a serra do Tombador no Mato Grosso eixaram para a esquerda as cochilhas de Sant’Ana do Livramento, o tuiuíú-aeroplano e *Macunaíma* subiram até o Telhado do Mundo, mataram a sede nas águas novas do Vilcanota e na última etapa voando sobre Amargosa na Baía, sobre a Gurupá e sobre o Gurupi com a sua cidade encantada, enfim toparam de novo com o mocambo ilustre do igrapé Tiete (ANDRADE, 2013, p. 137-138).

Ao propor a desgeograficação, “Mário de Andrade expressa aqui um conceito geográfico e exprime a necessidade de rompimento dos arquipélagos mercantis e culturais que ainda formavam a arquitetura do território nacional e que, em sua visão, impedia a construção de uma identidade nacional” (VITTE; COUTINHO, 2010, p. 233). Em *Macunaíma*, “[...] o país aparece

desgeograficado no clima na flora na fauna no homem na lenda na tradição histórica até quando isso possa divertir ou concluir um lado sem repugnar pelo absurdo” (ANDRADE, 2013, p. 226).

A forma como as regiões são descritas em *Macunaíma* gera certo estranhamento porque, geralmente, pensamos o espaço como “superfície” ou como “palco”, o que nos restringe daquilo que Mário de Andrade propôs como desgeograficação dos mapas, das existências, dos pertencimentos.

A desgeograficação não pode ser confundida com a noção de *desterritorialização*, compreendida como mito, “não no sentido de que simplesmente ‘não exista’ [...], mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re)territorialização” (HAESBAERT, 2007, p. 19). Evidente que a (re)territorialização pode ser traumática na medida em que ela implica no contato com novas dinâmicas espaciais, muitas vezes estranhas aos sujeitos, como as surpresas de *Macunaíma* ao se deparar com as técnicas da metrópole, muito diferentes daquelas da região amazônica.

Assim, concebe-se que Macunaíma não se desterritorializa em momento algum em suas andanças pelo território brasileiro, ao contrário, ele está bem instalado nele. A narrativa marioandradeana apenas embaralha a ordem das coisas e impõe um novo paradigma para pensar, organizar e vivenciar o espaço nacional. O novo em *Macunaíma* é o de pensar a construção do território nacional sob os paradigmas do folclore, da cultura, dos mitos nacionais; ao invés das disposições das técnicas, do padrão econômico, do desenvolvimento (esse último, nunca bem explicado).

A nova ordem de organização do espaço nacional expresso em *Macunaíma* implode com a ideia de construir culturalmente o país a partir da ótica da importação dos padrões culturais do lado de lá do oceano. A intenção é reconstruir a unidade cultural nacional a partir do diverso, próprio de cada contexto regional. Segundo o próprio autor, um dos seus interesses “[...]” foi desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea — um conceito étnico nacional e geográfico” (ANDRADE, 2013, p. 220).

Nesse sentido, observa-se que há o reordenamento do território nacional a partir de outros postulados, sob outros padrões, sob outras perspectivas. Sendo assim, “de fato, foi justamente pelo folclore que o autor de *Macunaíma* procurou superar a ausência de sincronismo humano e das discrepâncias regionais brasileiras” (VITTE; COUTINHO, 2010, p. 217). E o

conflito entre o tradicional e o moderno também implica nos impactos territoriais sentidos e vividos por Macunaíma. Quando o herói deixa seu território de origem e se adentra no território da metrópole, o choque é inevitável e o conflito é anunciado: as representações do mato-virgem já pouco significam diante de um universo no qual a ordem das coisas é repleta de novos significados e novos objetos técnicos que deixam o herói incomodado.

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs rindo tinham ensinado pra ele que o sagui-açu não era saguim não, chamava elevador e era uma máquina. De manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncões esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! (ANDRADE, 2013, p. 52-53).

Este trecho do livro elucidada, com clareza, o modo da disposição dos objetos técnicos sobre o território brasileiro e o impacto que os mesmos provocam no conjunto de representações dos sujeitos que transitam do “espaço opaco” para o “espaço luminoso” (SANTOS, 2012). A partir da nova dinâmica territorial no qual o herói se instala, não há que se falar mais em “onças pardas” tampouco em “tamanduá” ou “boitatá”, pois as condições técnicas da metrópole se configuram sobre outros postulados, como os “fordes”, “caminhões” ou “bondes”.

Para Vitte e Coutinho (2010, p. 235) “a partida do herói e seus companheiros, abandonando o ‘fundo do mato virgem’ em direção à metrópole paulistana, traduz o dilema da passagem da natureza para a cultura, do atraso da selva para o progresso urbano e do transcurso da origem autêntica para a adoção da postura postiça da civilização”. Este choque no encontro com a modernidade coloca em conflito distintas condições dadas pelos “gêneros de vida” (LA BLACHE, 2012) adequados a cada situação. O aporte técnico da metrópole é impactante para o recém-chegado do “fundo do mato virgem”, para o qual muitas das “bugigangas” da modernidade não possuem qualquer tipo de significado, pelo menos até se encontrarem.

Conclusão: Mário de Andrade e o Brasil sem caráter

De acordo com Milton Lahuerta (1997, p. 93), a década de 1920 foi a “gênese do Brasil moderno”, porque nela começaram a ser atacadas as “concepções tradicionais” e as “[...] instituições republicanas – identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no

real”. Alguns intelectuais brasileiros, influenciados pela ideia de missão, tinham uma vontade expressa de modernização do país. Nas interpretações históricas que foram produzidas, entre os anos 1920 e 1940, a responsabilidade pelo atraso socioeconômico devia-se a vários fatores: à herança ibérica, à mestiçagem, ao patrimonialismo, à economia dependente, ao predomínio rural e à cultura importada.

Não obstante as divergências teóricas e ideológicas, a preocupação central da intelectualidade era retratar, criticar e propor soluções para a sociedade brasileira. Engajados na missão de delinear a identidade nacional, os literatos modernistas fizeram vários manifestos na imprensa e nos textos escritos em prosa e verso, nos quais relacionavam a questão nacional com a cultura popular. Em termos gerais, o Manifesto Pau-Brasil, o Movimento Antropofágico, o Verde-Amarelismo e o Grupo Anta defendiam a fala coloquial, o combate às influências europeias e a valorização das tradições culturais do Brasil.

Como insigne modernista, Mário de Andrade utiliza-se do prefácio de *Macunaíma*, para realizar a sua crítica ao país, afirmando que o brasileiro não tinha caráter moral e nem característico: “[...] O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional” (ANDRADE, 2013, p. 217). Por civilização Mário provavelmente está se referindo tanto à falta de cultura nacional quanto à falta de progresso material. Afinal, de um lado a população brasileira era consumidora da cultura europeia, especialmente, francesa. De outro lado, a ausência de uma infraestrutura técnica levava o Governo a importar produtos e modelos de desenvolvimento estrangeiros. Em carta ao seu amigo Sergio Milliet, Mario dizia que “abrasileirar o Brasil” era uma questão de ordem moral e humana (ANDRADE, 1924 *apud* MANIERI, 2012, p. 105).

No que se refere à falta de consciência, inferimos que Mário estava pensando no fato dos brasileiros desconhecerem os elementos históricos, territoriais e culturais nacionais. Refere-se também, neste contexto, à clivagem existente entre o mundo falado, vivido e representado pelas elites europeizadas e o mundo real. No mundo real, o Brasil não se restringia às camadas privilegiadas que dominavam a gramática portuguesa e a utilizavam na sua escrita. O mundo real incluía sertanejos, indígenas, mulatos e afro-brasileiros. Na *Carta pras Icamabas*, ao descrever os paulistanos, ele ironiza dizendo:

Mas cair-nos-iam as faces, se ocultáramos no silêncio, uma curiosidade original desse povo. Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa que falam numa língua e escrevem noutra. [...] Nas conversas utilizam os paulistanos dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade. [...] Mas si de tal desprezível língua se utilizam na conversação os naturais desta terra, logo que tomam

a pena, se despojam de tanta asperidade, e surge o Homem Latino, de Lineu, exprimindo-se noutra linguagem, mui próxima da vergiliana [...] que, com imperecível galhardia se intitula: língua de Camões! (ANDRADE, 2013, p. 113).

A importância creditada à língua não é fortuita, considerando que, a partir de 1880, para alguns Estados europeus, ela era um fator central para definir a nacionalidade (HOBSBAWM, 2008, p. 128-130). Em *Lundu do escritor difícil* Mário, novamente, chama atenção para o desconhecimento do vocabulário popular: “Você sabe o francês “singé”/Mas não sabe o que é guariba? / —Pois é macaco seu mano, / Que só sabe o que é da estranja”. (ANDRADE, 1928 *apud* LEITE, 1983, 288).

O conhecimento e o reconhecimento por parte dos cidadãos de que compartilham uma mesma língua, um mesmo território e padrões culturais são condições fundamentais para existência de uma identidade nacional. Foi por isso que a elite política e intelectual do Brasil, logo após a separação de Portugal, buscou eleger os símbolos representativos do país e construir uma memória nacional. A história, a geografia e a literatura foram de fundamental relevância nesse processo de construção da nação. Não à toa os membros do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e os escritores românticos mantinham relações estreitas com o Estado Imperial.

Desde sua fundação, em 1838, o IHGB buscou contribuir para fortalecer o sentimento patriótico, incentivando e fazendo circular estudos que falavam da história, da etnografia e da geografia do país. Concomitantemente, os escritores do romantismo elaboravam narrativas que falavam da natureza, dos indígenas e dos costumes brasileiros. Como destaca Schwarcz (1998), D. Pedro II, conhecido amante da arte e da ciência, na qualidade de mecenas e membro do IHGB, “[...] elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem” (SCHWARCZ, 1998, p. 127). Com o incentivo aos intelectuais, o Imperador reconhecia a importância da produção cultural, na medida em que as representações contidas nesses impressos iriam concorrer para que o público tomasse consciência de que pertencia a uma mesma nação.

Os modernistas também almejavam erigir uma identidade nacional. Contudo, enquanto nos Oitocentos construir a nação tinha como foco central a dimensão política/estatal para dar legitimidade ao Governo monárquico; no início do século XX, a preocupação dos intelectuais era com a dimensão cultural. Todavia, a defesa da renovação estética dos modernistas, por meio da valorização das peculiaridades nacionais, também era um ato político. Os estudos de Dagmar Manieri reforçam essa linha de raciocínio ao afirmarem que Mario de Andrade possuía ideias que

estavam em sintonia com a elite dirigente do Partido Democrático Paulista, que compreendia a cultura como um fator fundamental para promover a modernização do país (MANIERI, 2012, p. 89).

A preocupação do modernista Mario de Andrade com o tema da identidade nacional aparece no livro *Macunaíma* e pode ser observada na mistura de elementos culturais e religiosos de diferentes regiões do país, e nas andanças que o personagem faz por várias partes do território brasileiro, chamando atenção para as particularidades geográficas e históricas dos Estados da federação.

Como ressalta Bosi (1997), ao escrever *Macunaíma*, Mario possuía duas fortes motivações. Por um lado, narrar à figura de um herói lendário que o fascinara, e por outro, “pensar o povo brasileiro à procura de uma identidade que, de tão plural que é, beira a surpresa e a indeterminação, daí ser o herói sem nenhum caráter” (BOSI, 1997, p. 171). De fato, se lermos *Macunaíma* sob a perspectiva de compreender a questão identitária, notamos que o Brasil, não tem um caráter, ele tem vários.

Nesse sentido, *Macunaíma* constitui uma espécie de manifesto, porque desvela e mistura as características da cultura nacional — línguas, contos, causos, lendas, mitos, crenças, história, etnografia, geografia, literatura, rapsódia — tudo reunido em uma narrativa literária que impactou os leitores durante várias edições sucessivas. Muitos desses leitores de outrora não conseguiram deglutir a complexidade da obra. Hoje, distanciados no tempo e partindo da premissa que as representações contribuem para formar identidades, podemos dizer que, se os letrados da década de 1920 e próprio Mário acreditavam que os brasileiros não tinham “caráter psicológico”, depois de *Macunaíma*, certamente, eles passaram a ter.

No tocante a ausência de “caráter moral”, ressaltado por Mário, podemos notar que a cultura política brasileira continua com vários vícios existentes no início do século XX. Podemos notar também que essa cultura política sofre pequenas alterações, dependendo da região geográfica e dos espaços aonde residem os cidadãos. Há lugares em que a prática do favor, o nepotismo e o uso indevido dos recursos públicos são vistos com uma naturalidade semelhante aos tempos coloniais, quando havia hegemonia do poder privado e o Estado não tinha mecanismos de coerção jurídica e física. A ausência de um sentimento republicano, por parte da maioria da população brasileira, nos faz inferir que a moralidade e a cultura cívica ainda são ideais que precisam ser perseguidos e conquistados, competindo aos intelectuais e aos leigos contribuírem para essa importante missão.

MACUNAÍMA AND THE BRAZILIAN NATIONAL CHARACTER: THE “DES GEOGRAFICADA” CULTURE

Abstract: In this article, we analyze the question of national identity in Brazil, taking as parameter the work of Mário de Andrade: *Macunaíma: the hero without character*. Our goal is to discuss the reception of the book and highlight the geo-historical aspects this literary narrative, which, by means of a language allegorical, depicts the relationship between tradition and modernity, rural and urban, reality and fiction, memory and oblivion. Mario de Andrade describes, through play, the representations world of various Brazilian regions, highlighting the hybrid culture that resulted from the contact of multiethnic elements. The narrative structure the Macunaíma gives culture a “desgeograficado” look, it resulted in a significant intellectual contribution for to think about the formation of the Brazilian national character.

Keywords: Macunaíma. National Character. Culture Brazilian. Territory.

Referências

A MANHÃ. “Macunaíma”, de Mario de Andrade. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro: Ano IV, n. 1018. p. 3, 1/12/1944. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/116408/per116408_1944_01018.pdf. Acesso em: 01/09/2015.

ALMEIDA, Alexandra Vieira. A recepção de Macunaíma na época da sua primeira publicação. In. *Palimpsesto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRJ*. Rio de Janeiro: vol.4, n. 4, p. 113-128,2005.

ALVES, Henrique L. Mário de Andrade. 2ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1983.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: 2. ed. Nova Fronteira, 2013.

ATHAÍDE, Tristão. Macunaíma. In. *O jornal*. Rio de Janeiro: p. 4, 9/9/1928.

BOSI, Alfredo. A situação de Macunaíma. In. *Macunaíma: um herói sem nenhum caráter*. Edição crítica. 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. p. 171-181.

CARVALHO, José Murilo. Brasil. Naciones imaginadas. In. ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. *Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 501-530.

CARVALHO, Silvia M. S. Macunaíma, Maíra e Quarup. In. *Itinerários: Revista de Pós-Graduação em Estudos Literários*. Araraquara-SP, n. 11, p. 55-80, 1995.

DA MATTA, Roberto. Pedro Malasartes e os paradoxos da malandragem. In. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 eds. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 249-301.

FERREIRA, Antônio Celso. “Literatura: a fonte fecunda”. In. PINSKY, Carla Bassanezy; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-92.

FERREIRA, Ascenso. Brasilidade e Dynamismo: a propósito de “Macunaíma” de Mario de Andrade. In. *Diário Nacional*. São Paulo: p. 7, 28/11/1928.

FILHO, Adonias. Nossos romances moços. In. Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*. p. 4, 27 jun. 1937 (Suplemento).

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*, ano IX, nº 17, 2007, p. 19-46.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. Características do modernismo. 2 eds. In. ÁVILA, AFONSO. *Modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 13-26.

LA BLACHE, Vidal de. Os gêneros de vida na geografia humana, 1911. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernismo, modernização. In. COSTA, Wilma Perez. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 93-114.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Nos caminhos do texto*. In. *Macunaíma: um herói sem nenhum caráter*. Edição crítica. 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. p. XXV-XL.

_____. FIGUEIREDO, Tatiana Longo. Apresentação: Macunaíma – hoje. In. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: 2. ed. Nova Fronteira, 2013. p. 9-10.

MANEIRI, Dagmar. *Macunaíma trágico: a modernização brasileira em Mario de Andrade*. Rio Grande: Pluscom Editora, 2012.

MANFIO, Diléia Zanotto. Macunaíma: bibliografia comentada. In. *Macunaíma: um herói sem nenhum caráter*. Edição crítica. 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. p. 182-193.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel: 1979.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2 ed. Brasília, INL, 1981.

SANTIAGO, Silviano. A trajetória de um livro. In. *Macunaíma*: um herói sem nenhum caráter. Edição crítica. 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. p. 182-193.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O Tupi e o alaué*: uma interpretação de Macunaíma. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: <https://desilusoes.files.wordpress.com/2011/04/gilda-de-mello-e-souza-o-tupi-e-o-alac3bade-pdf-rev.pdf>. Acesso em: 01/09/2015.

VITTE, Antonio Carlos; COUTINHO, Giulliano. Macunaíma: natureza e formação territorial na constituição da identidade nacional brasileira. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; GRATÃO, Lucia Helena Batista (org.). *Geografia e Literatura*: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010, p. 207-240.

SOBRE OS AUTORES

Martha Victor Vieira é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Jean Carlos Rodrigues é doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Recebido em 02/10/2015

Aceito em 09/11/2015